
Representação pelo desvio? Um estudo sobre as personagens femininas em reportagens jornalísticas audiovisuais no Dia Internacional da Mulher¹

Bárbara Garrido de Paiva Schlaucher²
Universidade Federal de Juiz de Fora, MG

RESUMO

Em uma sociedade regida pela lógica patriarcal, onde as histórias são narradas por homens e a parcela feminina da população é sistematicamente silenciada (SOLNIT, 2017), o pensamento feminista, ainda hoje, ocuparia as margens das representações sociais. Neste artigo, buscamos investigar por meio da pesquisa documental em material em vídeo e sua análise da materialidade (COUTINHO, 2018), relatos jornalísticos que visam dialogar com demandas sociais relacionadas à inclusão da perspectiva de gênero na rotina e na prática profissional (COUTINHO; PEREIRA, 2021). Para isso, selecionamos reportagens produzidas pela TV Diversa e pela TV Integração, exibidas no Dia Internacional da Mulher de 2023, como objeto empírico para ser analisado a partir do conceito teórico-metodológico de Dramaturgia do Telejornalismo (COUTINHO, 2012) e sob a luz das questões de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: telejornalismo; gênero; mulher; representação; audiovisual.

INTRODUÇÃO

Em 1949, quando os significados sociais da mulher ainda não eram discutidos de forma sistemática e faltavam termos e conceitos para tal, Simone de Beauvoir rompeu com o silêncio que ainda era predominante no meio acadêmico sobre o assunto e questionou: “O que é a mulher?” Em uma sociedade regida pela lógica patriarcal, onde as histórias são narradas por homens e a parcela feminina da população é sistematicamente silenciada, conforme aponta Rebecca Solnit (2017), o pensamento feminista, ainda hoje, ocuparia as margens das pesquisas científicas - incluindo os estudos sobre o telejornalismo (SCHLAUCHER, 2021) - e das interações e

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Doutoranda em Comunicação na linha Mídias e Processos Sociais, mestre e Jornalista diplomada pela UFJF. É pesquisadora do NJA - Núcleo de Jornalismo e Audiovisual e-mail: barbara.garrido@estudante.ufjf.br.

representações sociais, ocupando o que Boaventura de Sousa Santos (2019) chama de sul epistemológico.

Neste artigo, buscamos investigar, de forma mais específica e por meio da pesquisa documental em material em vídeo e sua análise da materialidade (COUTINHO, 2018), relatos jornalísticos que visam dialogar com demandas sociais relacionadas à inclusão da perspectiva de gênero na rotina e na prática profissional (COUTINHO; PEREIRA, 2021).

Nesse sentido, como nosso referencial teórico, propomos revisitar a urgência por visões e saberes/conhecimentos alternativos do mundo defendida por Santos (2019) e a concretude dos estudos e experiências/vivências de autoras como Simone de Beauvoir e Rebecca Solnit a fim de pensarmos o lugar ocupado e os papéis assumidos pelas mulheres em narrativas jornalísticas audiovisuais.

Como recorte empírico para o presente estudo, selecionamos reportagens produzidas pela TV Diversa, da Fundação Minas Gerais, e pela TV Integração (Zona da Mata Mineira), afiliada da Rede Globo, exibidas no Dia Internacional da Mulher do ano de 2023, que serão analisados a partir do conceito teórico-metodológico de Dramaturgia do Telejornalismo (COUTINHO, 2012) e sob a luz das questões de gênero aqui referenciadas.

Sobre nossos objetos, destacamos que a TV Diversa se apresenta em seu canal no Youtube como “uma alternativa à programação atual da televisão”, que privilegiaria crianças, adolescentes, jovens e adultos, promoveria produções independentes e valorizaria cultura, telejornais, debates e entretenimento “de qualidade”. Seu plano estratégico-operacional estaria baseado na regionalização de conteúdo a fim de prestigiar ambientes, cenários e pessoas onde se insere.

Por sua vez, a TV Integração destaca, em seu site na internet, ser o maior grupo de mídia do interior de Minas Gerais e sua presença multimídia na produção de conteúdo. De acordo com a emissora, seu propósito essencial seria contribuir para o desenvolvimento de mercados e pessoas; sua visão buscaria a rentabilidade no âmbito da distribuição de informação e entretenimento; e seus valores estariam pautados em honestidade, integridade, respeito e consideração pelo indivíduo, na busca pela excelência do negócio, no pioneirismo e na inovação.

Nestes dois cenários, buscaremos identificar e analisar o lugar das personagens femininas e seus papéis no recorte narrativo proposto, a construção dos conflitos narrativos e as lições de moral que encerram as histórias transmitidas, tendo a perspectiva de gênero como princípio orientador da análise.

TELEJORNALISMO E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Em termos da relevância de olhar para os produtos em telejornalismo, reconhecemos o lugar central ocupado pela televisão no Brasil, ainda que ela passe por transformações e reconfigurações em seus modelos de produção, circulação e consumo. Conforme aponta a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, 77% da nossa população assiste à televisão diariamente. O estudo evidencia também que 89% dos entrevistados recorrem à TV para se informar (primeira e segunda opção), sendo a Internet a segunda principal fonte de informação dos brasileiros, somando 49% (primeira e segunda opção)³.

Estes números se tornam ainda mais relevantes quando levamos em conta os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua: Educação, 2022⁴. De acordo com este estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), cerca de 9,6 milhões de brasileiros, o correspondente a 5,6% da população, não sabem ler e escrever. Logo, a oralidade se estabelece como única maneira de se informar e se comunicar com o mundo para essa parcela da nossa sociedade.

O que também corrobora o papel central da informação na TV no Brasil, ainda que em diferentes telas, são os números da análise mercadológica realizada pela Kantar Ibope Media - “Inside TV: experiência, influência e as novas dimensões do vídeo”, divulgada em 2020. Os dados mostram que 99% dos investigados consome algum tipo

³ Segundo a "Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 - Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira", divulgada pela Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal, enquanto 63% dos entrevistados se informam principalmente pela TV, outros 26% preferem a internet, sendo a televisão a segunda opção, somando-se, assim, 89% dos ouvidos. A pesquisa foi realizada entre 23 de março e 11 de abril de 2016 e ouviu 15.050 pessoas com mais de 16 anos e pode ser acessada no link [Pesquisa Brasileira de Mídia - PBM 2016 — Você está no antigo site da Secretaria Especial de Comunicação Social \(secom.gov.br\)](#) Acesso em 05 jul. 2023.

⁴ Os dados podem ser consultados no link [Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste | Agência de Notícias \(ibge.gov.br\)](#) Acesso em 05 jul. 2023.

de formato de vídeo, sendo que a TV é apontada por 92% dos respondentes, confirmando sua centralidade no país⁵.

Sendo assim, refletir cientificamente sobre conteúdos jornalísticos audiovisuais nos tempos da hipertelevisão (SCOLARI, 2009) e do telejornalismo expandido (MELO, 2018)⁶, torna-se tarefa necessária, porém desafiadora, já que suas narrativas ocupam lugar central em nossas experiências cotidianas e teriam potencial normatizador e socializador.

Neste aspecto, vamos ao encontro de Célia Ladeira Mota (2010) sobre a TV e o jornalismo televisivo como um espaço enunciativo, onde narrativas do tempo presente dramatizam as ações e os fatos cotidianos e oferecem ao público uma forma de experimentar as relações sociais. Para Mota, as representações audiovisuais tenderiam a ser naturalizadas devido ao vínculo da imagem com a realidade dos objetos e das coisas. Sua elevada carga icônica produziria significados sobre o que elas dão a ver. Suas narrativas seriam, então, interpretadas pelo telespectador a partir de um mapa cultural e fariam sentido porque expressam aspectos da realidade social que conhecemos. Em suas construções, se dariam processos de apagamento, sombreamento e censura (MOTA, 2010) - inclusive sobre as diferentes e plurais formas de ser mulher em nossa sociedade.

No que tange a representação feminina, Beatriz Becker e Beatriz Lobo Santos (2021) ressaltam o espaço da televisão enquanto um dispositivo pedagógico. As autoras recorrem aos estudos de Rosa Maria Bueno Fischer (2002) sobre o modo de ser menina em produções televisivas nacionais e apontam que o meio “ensina” maneiras de ser e estar na vida cultural e social, para além de atuar na constituição dos sujeitos e suas subjetividades (BECKER; SANTOS, 2021), ainda que este processo seja marcado por negociações de sentido.

Acercando-nos ainda mais de nosso objeto de análise - as produções jornalísticas audiovisuais -, Iluska Coutinho e Ariane Pereira (2021) sugerem a aplicação das questões de gênero como um item de qualidade informacional para o telejornalismo.

⁵ Além da TV, 77% dos entrevistados acessam material em vídeo por *WhatsApp*, 64% pelo *Youtube* e 62% pelo *Facebook*. Outros dados podem ser acessados no link [TV continua sendo uma das formas de entretenimento preferidas do brasileiro - Abratel](#) Acesso em 05 jul. 2023.

⁶ A hipertelevisão, conforme conceitua Carlos Alberto Scolari (2009), refere-se, em linhas gerais, a TV contemporânea, que estaria mais próxima do público, com extensa programação, interativa e em diálogo com outras mídias, proporcionando uma espécie de experiência hipertextual. Já o telejornalismo expandido, conforme apontam Edna Mello Silva, Liana Rocha e Sérgio Silva (2018), diz respeito à fase do jornalismo televisivo em que são criados produtos, exclusivos ou não, para outras plataformas, expandindo os conteúdos telejornalísticos para novos formatos.

Com base nos estudos de Paulo Freire, Coutinho e Pereira propõem uma abordagem pedagógica incorporada no modo de narrar característico do jornalismo audiovisual a fim de desconstruir estereótipos identitários de mulheres e contribuir para a promoção de comportamentos não machistas via telejornalismo.

Sendo assim, nos perguntamos: as produções jornalísticas audiovisuais do Dia Internacional da Mulher que compõem nosso recorte empírico vão ao encontro de práticas que apresentam mulheres como seres criativos e agentes protagonistas ou seu destaque decorre do “desvio”, de uma construção e ação a partir do “negativo”?

AS MULHERES SÃO OS OUTROS

Tendo evidenciado o papel da TV e do telejornalismo na construção de identidades, retomamos, então, os estudos de Simone de Beauvoir, que apontam a diferenciação entre os conceitos de sexo biológico e gênero, sendo o último uma construção social, de modo que não nascemos mulheres, mas nos tornamos. A autora separa os dois conceitos ao afirmar que “todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher – cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade” (2009, s.p.).

Em outras palavras, ao invés de entidades fixadas, como a da mulher, a do judeu e a do negro, citados como exemplo pela própria autora, nossos comportamentos seriam respostas secundárias a uma situação, que aqui interpretamos como o contexto social, cultural e político em que estamos inseridos. É neste cenário que Beauvoir coloca a pergunta sobre o que, então, seria uma mulher, ao mesmo tempo em que tensiona o fato de que a homens nunca ocorreu tal questionamento.

Segunda a autora, a parcela masculina da população ocuparia um lugar social positivo e/ou neutro – usamos o termo “homens” também para nos referirmos à totalidade da humanidade – enquanto as mulheres estariam associadas ao pólo negativo, ou seja, da negação: ao invés de haver uma reciprocidade entre as duas construções de gênero aqui discutidas, a definição da mulher se daria de maneira limitada, a partir da negação de características atribuídas ao homem. Conforme ressalta a autora, ao recorrer à sua experiência prática e “conhecimento de causa”:

[...] está subentendido que o fato de ser um homem não é uma singularidade; o homem está em seu direito sendo homem, é a mulher que está errada. Praticamente, assim como para os antigos havia uma vertical absoluta em relação à qual se definia a oblíqua, há um tipo humano absoluto que é o masculino. [...] A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo (BEAUVOIR, XXX, posição 183-188).

Portanto, na visão da autora, com a qual corroboramos, a definição da mulher, bem como de seu papel social, caberia a eles e teria sido construída a partir deles. Daí, o conceito de “segundo sexo”: “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (2009, s.p.).

Neste contexto, para que uma personalidade feminina assuma um lugar de protagonismo social, seriam necessárias condições extraordinárias, bem como uma autorização por parte das forças sociais que a controlam e atuam para a ausência da autonomia feminina e a manutenção de sua dependência masculina. Beauvoir cita como exemplo as instituições religiosas e as monarquias como tendo autorizado, em diversos momentos da história, a abolição da feminilidade de determinadas personagens enquanto aspecto de inferioridade para o reconhecimento de suas realizações para além de toda a diferenciação sexual e de gênero.

Nesse sentido, de um modo geral, podemos inferir que, somente quando autorizados, agentes femininos poderiam intervir social, histórica, política e culturalmente de maneira positiva, ou seja, propositiva.

Tem-se o direito de pensar que, se outras mulheres malograram em marcar profundamente o mundo, foi porque se acharam confinadas em sua condição. Quase que só puderam intervir de maneira negativa ou oblíqua. [...] a uma liberdade sem direitos, sem poder, é permitido retesar-se na recusa e na revolta, ao passo que lhe é proibido participar de uma construção positiva; quando muito conseguirá ela imiscuir-se por atalhos e desvios nos empreendimentos masculinos (BEAUVOIR, 2009, n.p.).

Cabe, então, o questionamento: apenas em ocasiões determinadas mulheres poderiam intervir social, histórica, política e culturalmente de modo positivo, de maneira que a maior parte de sua ação - e representação? - se daria no âmbito do “desvio”, “na recusa e na revolta” (BEAUVOIR, 2009, n.p.)?

DEPENDÊNCIA OU AUTONOMIA? O 8M NA TV DIVERSA E NA TV INTEGRAÇÃO

Diante das particularidades da narrativa telejornalística, nos apoiaremos na Análise da Materialidade Audiovisual (AMA), que nos possibilitaria conhecer, experimentar e identificar as especificidades destes conteúdos enquanto unidade texto+som+imagem+tempo+edição (COUTINHO, 2018). Para tal, utilizamos como percurso metodológico a pesquisa documental em material em vídeo e priorizamos a dramaturgia do telejornalismo⁷ associada à perspectiva de gênero (COUTINHO; PEREIRA, 2021) e o referencial teórico mobilizado. Nos limites deste artigo, apresentaremos as observações referentes aos eixos: personagens femininas, conflitos narrativos/desvios e lições de moral.

A primeira etapa da AMA consiste na identificação de nosso objeto empírico e da forma com que este se apresenta ao público, a fim de entendermos suas promessas, seja pela autorreferenciação ou pelo(s) espaço(s) em que se insere e circula, a fim de compreendermos as proposições de sentido dos emissores (JOST, 2007). A partir das molduras de nossos objetos empíricos, TV Diversa e TV Integração, já desenhadas na introdução deste trabalho, voltamos nosso olhar para as materialidades veiculadas nos telejornais das respectivas emissoras no dia 08 de março de 2023, data que marca o Dia Internacional da Mulher,

Foram analisadas as reportagens veiculadas nos noticiários “Diversa em Rede”, da TV Diversa, exibido ao vivo de segunda a sexta-feira, às 21h, e “MGTV - Segunda Edição - Zona da Mata” (MGTV2), da TV Integração, também veiculado ao vivo de segunda a sábado, por volta das 19h. Ao todo, seis unidades de informação da TV Diversa estavam disponíveis no canal da emissora no YouTube. A plataforma de compartilhamento de vídeo funciona como uma espécie de repositório dos conteúdos produzidos pela emissora e estão organizados em *playlists*⁸. Vale ressaltar que a edição

⁷ Em linhas gerais, a dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012) pode ser entendida como a organização da notícia em televisão a partir de uma estrutura dramática. a informação seria construída/editada por meio da imitação da ação representada por imagens e depoimentos. A (re)apresentação do acontecimento nos telejornais daria origem a um “drama informativo”, onde há personagens em ação, conflito narrativo, lições morais, entre outros aspectos.

⁸ <https://www.youtube.com/@TVDIVERSA/playlists> Acesso em 05 de jul. 2023.

não estava disponível na íntegra, mas dividida em trechos/reportagens, de modo que não foi possível identificar a hierarquização das notícias.

Já a TV Integração, afiliada à Rede Globo, dispõe de espaço na plataforma de *streaming* Globoplay. Além dos trechos, abertos para acesso geral do público, as edições do MGTV, telejornal local da emissora, podem ser acessadas na íntegra pelos assinantes da plataforma, como é o nosso caso⁹. Deste modo, a experiência audiovisual durante a AMA pôde ser completa, se aproximando da vivência dos telespectadores que acompanharam as reportagens do dia 08 de março de 2023 ao vivo.

Das seis (06) unidades de informação veiculadas no Diversa em Rede, quatro (04) estavam diretamente relacionadas ao Dia Internacional da Mulher: Senado aprova projeto que cria delegacias especializadas; Mulheres lutam por direitos em diferentes países do mundo; Alexandre de Moraes libera mais de 149 mulheres presas no ato de 08 de janeiro e Lula anuncia conjunto de ações em comemoração ao Dia das Mulheres. Uma das matérias, embora tivesse como foco o empreendedorismo nas periferias, teve como destaque o trabalho de trançistas e a valorização da cultura afro e da beleza preta, de modo que a representação de mulheres pretas tivesse ocupado espaço significativo das imagens.

Ainda sobre o telejornal da TV Diversa, vale ressaltar que dois dos conteúdos diretamente relacionados ao recorte deste artigo eram uma entrevista com um especialista (luta por direitos das mulheres) e um flash ao vivo da redação (liberação de presas). Outros três tinham o formato de reportagem, sendo um composto apenas por narração coberta com *off* (projeto de delegacia das mulheres) e os outros dois mais elaborados, com sonoras, sobe-som e passagem, por exemplo.

Por sua vez, a segunda edição do dia 08 de março de 2023 do MGTV levou ao ar oito (08) unidades de informação, além da previsão do tempo e do espaço para a participação do público por meio do envio de mensagens para o telejornal. Do total de materiais analisados, seis (06) estavam diretamente relacionados a questões do gênero feminino, dentre eles uma tentativa de feminicídio em Juiz de Fora (reportagem); um flash ao vivo com a delegada da Delegacia Especializada de Atenção à Mulher; uma nota sobre matéria do G1 Zona da Mata contendo um memorial das vítimas de feminicídio na cidade; uma reportagem sobre as desigualdades no mercado de trabalho

⁹ <https://globoplay.globo.com/v/11431535/> Acesso em 5 de jul. 2023.

entre mulheres e homens; uma operação composta exclusivamente por auditoras fiscais do Ministério do Trabalho em combate ao serviço em condições análogas ao trabalho escravo (reportagem); e uma nota seca a respeito da lei sobre a dignidade menstrual.

Quanto ao eixo de análise “personagens femininas”, pudemos identificar duas formas distintas de representação do gênero: uma enquanto coletividade e outra de forma mais individualizada. No telejornal *Diversa em Rede*, as mulheres não têm rosto e nem história, além de pouca voz. Embora haja uma tentativa de construir uma representação plural ao veicular imagens de grupos de mulheres negras, orientais, da periferia e transeuntes no centro da cidade de Juiz de Fora, falta protagonismo. Nos casos de violência, é a silhueta de uma mulher que chora e os olhos com hematomas de uma vítima que representam esta parcela da população enquanto um grupo que não é ator, mas objeto - o “outro” que sofre a violência e com a desigualdade.

O protagonismo está nas ações de homens e do Estado: o governo federal, na figura do presidente Lula; o judiciário, na figura de Alexandre de Moraes, o legislativo na figura do senador Rodrigo Cunha, autor do projeto que cria delegacias especializadas; o trançista Pedro, que se destacou no mercado das tranças, tradicionalmente popular entre as profissionais do gênero feminino; e o analista em política nacional, Vladimir Feijó, que ocupou 11 minutos e 55 segundos da edição para falar sobre o papel que a mulher desempenha na sociedade.

Deste modo, a edição reforça o lugar do homem enquanto Sujeito, o essencial, aquele que promove mudanças e intervém na sociedade e na política como que por direito, conforme refletimos anteriormente a partir de Simone de Beauvoir (2009). Por sua vez, a mulher segue sendo o Outro, em sua relação de dependência para com o gênero masculino. Ainda que o telejornal destaque ações políticas em benefício das mulheres, a história da luta por direitos e a importância da data e das medidas de proteção e inclusão, não são elas que escrevem/narram suas próprias histórias, mas os homens.

Concordamos com Rebecca Solnit (2017) quando a autora aponta que o silenciamento de vozes, no caso, vozes femininas, significa manter mulheres sob a condição da opressão. Segundo Solnit, para serem reconhecidas como seres humanos plenos, com autonomia participativa e poder, mulheres precisam ter voz e serem ouvidas. Sendo assim, a falta ou limitação de vozes femininas no telejornal seria

também uma forma de violência ou, pelo menos, de ceifar a autonomia desta parcela da população na busca por transformações sociais: “podemos considerar a história dos direitos e a falta de direitos das mulheres como uma história do silêncio e do rompimento do silêncio” (SOLNIT, 2017, n.p.).

Já no telejornal da TV Integração, a parcela feminina da população tem voz e vez. As autoridades e especialistas ouvidas são mulheres, bem como as personagens dos dramas cotidianos: a delegada Alessandra Azalim, a cientista política Marta Mendes, a jornalista Victória Jenz, as deputadas federais Ana Pimentel e Ione Barbosa, a especialista em RH Raquel Oliveira, a auditora fiscal do trabalho Andréia Donin, as personagens Linda Valéria, Vitória Vilar, Debora Botti, Elvira Tomazin, Cíntia Saldanha Cília de Souza, além da apresentadora Camila Saenz e das repórteres Nayara de Paula e Larissa Zimmermann, dão rosto e voz aos números apresentados ao longo do noticiário, que revelam a desigualdade de gênero e as violências e opressões sofridas enquanto uma questão estrutural e não isolada.

Ao trabalhar as noções de singular, particular e universal utilizadas na Filosofia Clássica alemã, Adelmo Genro Filho (1987) ressalta a produção jornalística como uma forma de conhecimento cristalizada no singular, cuja força reside no fato de tornar eventos distantes apreensíveis por meio de seus detalhes e das características que o diferenciam. O autor chama atenção, porém, para a inflexão ideológica presente nessa forma de conhecimento: aqueles que produzem a informação jornalística representam o mundo a partir de uma concepção prévia, de um posicionamento de sujeito diante do acontecimento.

Esta percepção dialoga com as reflexões de Pierre Bourdieu (1997) sobre a televisão, nosso objeto de estudo, que atualmente pode ser produzida e experimentada em diferentes suportes e telas. Para o autor, os jornalistas selecionam na realidade em que estão inseridos aspectos predominantemente particulares, devido a categorias de percepção que lhes são próprias: formação, visão de mundo, disposições e o *modus operandi* característico da profissão, por exemplo. Bourdieu faz uso da metáfora dos óculos para “explicar essa noção de categoria, isto é, essas estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê” (BOURDIEU, 1997, p. 25).

Nesse sentido, as lentes aqui usadas são as do olhar de mulheres. Foi por meio da perspectiva da parcela feminina da população, cristalizada nas histórias individuais veiculadas, que os telespectadores tomaram conhecimento dos conflitos e opressões vivenciados por este grupo e se aproximaram e se identificam com suas histórias.

Sendo assim, a edição do dia 08 de março de 2023 do MGTV2 corrobora o lugar do (tele)jornalismo como forma de conhecimento, além de cumprir com o item de qualidade informacional proposto por Iluska Coutinho e Ariane Pereira (2021): a adoção de uma abordagem pedagógica que auxilia o público a desconstruir estereótipos identitários de mulheres. Neste telejornal, observamos desde o uso de vocabulário relacionado às lutas feministas (patriarcado, feminicídio, sexista etc.), passando por imagens e enquadramentos que associam mulheres a posições de poder/autoridade e destaque (câmera em contra-plongée, mulheres fardadas e armadas, mulheres caminhando juntas), até a contextualização dos conflitos narrativos por meio de dados de órgãos e instituições públicas e orientações sobre tipos de violência de gênero e como denunciá-las.

Tudo isso contribuiu para a construção de narrativas jornalísticas audiovisuais que contextualizam as desigualdades existentes entre homens e mulheres como um problema estrutural de uma sociedade patriarcal e que priorizam espaço para a apresentação e reivindicação de políticas públicas e leis que promovem a equidade de gênero e orientam o público na busca pela desnaturalização da desigualdade.

No que diz respeito aos conflitos narrativos/desvios, observamos que, em ambos os telejornais, os principais motivadores das ações, seja de personagens femininas ou do Estado, são os preconceitos, opressões, violências e desigualdades enfrentados diariamente por mulheres, tanto quando representadas enquanto grupo ou enquanto indivíduos parte de uma sociedade.

Vale ressaltar que a construção de mulheres protagonistas de suas histórias ainda se dá a partir do desvio da norma, sob o viés da recusa e da luta ou em oposição ao que seria uma característica masculina. Em alguns momentos, tal construção acaba por reforçar estereótipos femininos, como o exemplo a seguir, extraído da reportagem do MGTV2 sobre uma operação exclusivamente feminina que reuniu policiais federais e auditoras fiscais do trabalho no combate ao trabalho em condições análogas à de escravos: “Vinte e três mulheres que vieram de várias regiões do Brasil. Aqui, uma

postura que exige seriedade, firmeza, controle emocional”; “Por conta das múltiplas funções que muitas vezes as mulheres acumulam, cenas como essas são comuns nas operações [auditoras mexendo no celular]. É um pensamento no trabalho e o outro em casa”. A esta última frase, na passagem da repórter, segue uma sonora de uma policial que se emociona falando do desafio que é deixar os filhos pequenos em casa.

Por fim, a marca de encerramento das histórias narradas e demais unidades de informação audiovisual giram em torno de lições de moral e mensagens de conscientização sobre respeito e dignidade enquanto um direito das mulheres que precisa ser garantido, bem como a necessidade de denunciar casos de violência e combater a desigualdade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do contato com a empiria e da análise desenvolvida com base no referencial teórico mobilizado para o presente artigo, observamos que o telejornal Diversa em Rede, da TV Diversa, embora tenha destacado pautas relevantes para uma cobertura jornalística com perspectiva de gênero e focado em ações públicas no combate à desigualdade entre mulheres e homens, não alcançou os deslocamentos narrativos necessários para uma abordagem pedagógica e não sexista dos temas tratados. Ao optar por destacar os atores masculinos na edição do Dia Internacional da Mulher, as histórias foram contadas por homens, por meio das “lentes” masculinas, o que contribuiu para o reforço do *status quo* (em que homens detêm privilégio político, cultural, econômico e social e mulheres são silenciadas) e a manutenção do espaço midiático, no caso, o telejornal, enquanto lugar que reproduz as lógicas e dinâmicas da sociedade patriarcal, onde os direitos de mulheres são concedidos pelos próprios homens - e não conquistados.

No que diz respeito ao MGTV2, noticiário da TV Integração, observamos que a edição investigada amarra e relaciona histórias de mulheres locais a um cenário regional e nacional de desigualdade e violência de gênero por meio de relatórios e pesquisas oficiais e das falas de repórteres, da apresentadora e das especialistas ouvidas. Soma-se a isso a incorporação do papel pedagógico do telejornalismo, quando as unidades informacionais do telejornal ensinam sobre os diferentes tipos de violência de gênero,

divulgam projetos e ações públicas e orientam os telespectadores a denunciarem os casos vividos ou testemunhados.

Sendo assim, podemos concluir que os deslocamentos narrativos com a inclusão da perspectiva de gênero nas reportagens exibidas pelo MGTV2 foram alcançados, bem como a incorporação de “lentes” que (re)apresentam as pautas do Dia Internacional da Mulher por meio do olhar e da voz delas, mesmo que parte das personagens femininas tenham ganhado destaque por ações que ainda constituem um "desvio" ou quebra de expectativa em uma sociedade patriarcal e capitalista.

Os resultados obtidos apontam para um (tele)jornalismo com potencial para a construção de caminhos rumo a uma forma de conhecimento que promova reivindicações, discussões, questões e informações em prol de mudanças de conduta na busca por equidade de gênero. Ainda que o caminho a percorrer seja longo, a análise vislumbra um momento em que a prática jornalística busca se tornar mais refletida, consciente e inclusiva. Apesar do ritmo acelerado da produção diária, edições que marcam datas especiais seriam uma oportunidade ainda mais propícia para tal.

O presente momento é de transformação e tensionamento das realidades narradas nos noticiários de TV na busca por coberturas mais inclusivas e plurais, em que poderemos romper com o silenciamento, o apagamento, as desigualdades e as violências de gênero.

REFERÊNCIAS

BECKER, B., SANTOS, B. L. Modos de ser menina: das princesas clássicas nas narrativas audiovisuais ao empoderamento feminino na produção televisiva nacional. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação**, Sociedade e Cultura., [S.l.], p. 88-105, jul. 2021. ISSN 2238-0701. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/72565>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. E-book.

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

COUTINHO, I. **Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual**: da dramaturgia do telegenialismo à análise da materialidade. *In*: Emerim, C.; Coutinho, I.; Finger, C. (orgs.).

Epistemologias do telejornalismo brasileiro. Coleção Jornalismo Audiovisual. v. 7. Florianópolis: Insular, 2018.

_____. (org.). **Dramaturgia do telejornalismo**: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2012.

SOLNIT, R. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Editora Schwarcz S.A, 2017a. E-book.

_____; PEREIRA, A. Perspectiva de gênero em telas: acréscimos ético-informacionais à dramaturgia do telejornalismo. In: EMERIM, C., PEREIRA, A., COUTINHO, I (org.). **Teorias do telejornalismo como direito humano**. Florianópolis: Insular, 2021, v. 11, p. 75-89.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987. p. 39-52.

JOST, F. **Compreender a televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOTA, C. L. Imagens do Brasil: televisão e memória social. In: VIZEU, A., PORCELLO, F., COUTINHO, I. (org.). **60 anos de telejornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2010, p. 157-178.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SCHLAUCHER, B. G de P., O que dizem os silêncios na pesquisa acadêmica? A produção de conhecimento no e do telejornalismo sob o viés das questões de gênero. In: 44º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2021, Recife. Anais eletrônicos... Disponível em:

<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt1-te/barbara-garrido-de-paiva-schlaucher.pdf> Acesso em: 16 jun. 2023.

SCOLARI, Carlos Alberto. **Ecología de la hipertelevisión**. Complejidad narrativa, simulación y transmedialidad en la television contemporánea. In: SQUIRRA, Sebastião Carlos de Moraes.; FECHINE, Yvana Carla. (org.). **Televisão digital**: desafios para a comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SILVA, Edna Mello; ROCHA, Liana Vidigal; SILVA, Sérgio Ricardo Soares Farias. Telejornalismo expandido: o jornalismo televisivo nas redes sociais e aplicativos. In: **Revista Comunicação Midiática**. v. 13, n. 2, p. 21-36, maio/ago. 2018. Acesso em: 31 jan. 2022.

SOLNIT, R. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Editora Schwarcz S.A, 2017. E-book.